



Prefeitura Municipal de Ubá
ESTADO DE MINAS GERAIS

MENSAGEM 031, DE 15.12.97

CORRESPONDÊNCIA
RECEBIDA EM

15/12/97
às 14:55 horas

Exmo. Sr.
VEREADOR GERALDO BICALHO CALÇADO
Presidente da Câmara Municipal de Ubá
NESTA

A L.L.P.R. com cópia aos Vereadores
Ademir de Paula e Fernando Fagundes.
Ubá - MG, 15/12/97

Calçado
Vereador Geraldo Bicalho Calçado
Presidente da Câmara

Senhor Presidente,

Apraz-nos encaminhar a V.Ex.^a, para tramitação e votação da Câmara Municipal de Ubá, o Projeto de Lei anexo, que **"dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico"**.

A criação desse Conselho irá atender a uma deliberação da egrégia Câmara Municipal de Ubá, constante do artigo 281 da Lei Orgânica Ubaense, que remete a tal colegiado a formulação da política de saneamento básico, a definição de estratégias para sua implementação, o controle e a fiscalização dos serviços e a avaliação do desempenho das instituições públicas.

Competirá ao Conselho Municipal de Saneamento Básico, também, a elaboração do Plano Municipal Plurianual de Saneamento Básico, que, após aprovação do Poder Executivo, irá nortear as ações da Administração Municipal nesse setor.

A composição do Conselho foi pensada de forma paritária, buscando-se representantes de entidades que possam fazê-lo dinâmico em seu funcionamento.

Eis, pois, a matéria que ora submetemos à consideração dos Senhores Vereadores, aproveitando a oportunidade para apresentar aos integrantes do Poder Legislativo, os meus sinceros votos de um Feliz Natal e próspero 1998.

Atenciosamente,

Narciso Paulo Michelli
NARCISO PAULO MICHELLI
Prefeito DE Ubá



Prefeitura Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI N.º 089/99, DE 15.12.97
(Ref. Mensagem 031, de 15.12.97)

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Ubá.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Ubá, de caráter consultivo, que terá por finalidades:

I - formular a política de saneamento básico no Município de Ubá, definindo as estratégias para a sua implementação;

II - controlar e fiscalizar os serviços e avaliar o desempenho das instituições públicas ou privadas encarregadas da prestação dos serviços públicos de abastecimento d'água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais;

III - avaliar os critérios a serem adotados na fixação da estrutura tarifária dos serviços de que trata o inciso anterior;

IV - elaborar o Plano Municipal Plurianual de Saneamento Básico, consolidando planejamento das eventuais concessionárias de nível supramunicipal dos serviços de saneamento básico;

V - elaborar o seu regimento interno.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Saneamento Básico será composto de seis membros titulares, indicados pelos seguintes órgãos ou segmentos da comunidade:

I - GOVERNAMENTAIS:

a) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social;



Prefeitura Municipal de Ubá
ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) Um representante da Câmara Municipal de Ubá;
- c) Um representante de empresa(s) concessionária(s) dos serviços públicos mencionados no inciso II do artigo anterior.

II - NÃO GOVERNAMENTAIS:

- a) Um representante das Associações Comunitárias de Ubá;
- b) Um representante da Sociedade dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Ubá;
- c) Um representante da Associação Comercial e Industrial de Ubá.

Parágrafo 1º. Para cada conselheiro será nomeado um suplente, ambos indicados pelo órgão ou segmento que estiver representando.

Parágrafo 2º. O mandato de cada membro será de dois anos, podendo ser substituído a qualquer tempo mediante solicitação do órgão ou segmento que o indicou.

Art. 3º. Os trabalhos dos Conselheiros será considerado serviço público relevante, não remunerado.

Art. 4º. Os trabalhos do Conselho Municipal de Saneamento Básico serão normatizados por Regimento Interno a ser elaborado e aprovado por seus membros, homologado pelo Chefe do Executivo e devidamente publicado no órgão oficial do Município de Ubá.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigo na data de sua publicação.

Ubá, MG, 15 de dezembro de 1997.


NARCISO PAULO MICHELLI
Prefeito de Ubá